

Inventando estratégias e construindo instrumentos de transformação do sistema prisional

Inventing strategies and building tools for transformation of prison system

Gilead Marchezi Tavares; Arielle Rocha de Oliveira Silva; Anderson do Prado Corrêa; Keli Lopes Santos; Fabiana Davel Canal; Valeska Campos Tristão; André Mota do Livramento

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

Partindo da ideia de que as práticas dão-se numa constelação de atores dentro do sistema prisional, trazemos neste artigo a realidade cotidiana dos agentes penitenciários por meio de um trabalho realizado com estes profissionais no Complexo Penitenciário de Viana (ES) e na Escola Penitenciária, em Vitória (ES). Nosso objetivo foi conhecer a percepção dos agentes penitenciários em relação à sua função dentro do Sistema Prisional, as relações que estabelecem, as lutas que travam no seu dia a dia, como pensam a ressocialização, o trabalho, o interno, o presídio, dentre outras. Nos encontros pudemos afirmar a potência das lutas coletivas entendendo o grupo como lugar das multiplicidades, das trocas, das intensidades, da experimentação. Apesar de observarmos com frequência questões que expressavam a aparente imutabilidade do Sistema, percebemos também ações, falas, gestos, indagações, inquietações, sentimentos que expressam outra forma de ser agente penitenciário, de fazer sistema prisional.

Palavras-chave: sistema prisional; agentes penitenciários; ressocialização.

ABSTRACT:

Starting from the idea that the practices take place within a constellation of actors the Prison System, we bring in this article the daily realities of penitentiary agents through the work with these professionals in Penitentiary in Viana (ES) and in Penitentiary School in Victoria - ES. Our goal was to understand the perceptions of penitentiary agents in relation to their function within the Prison System, the relations, struggles to lock in their daily lives, how they think the resocialization, the work, the intern, the prison, among others. In the meetings we affirm the power of collective struggles understanding the group as a place of multiplicities of exchanges, the intensities of the trial. Although look at issues that often expressed the apparent System immutability, we also realize actions, speech, gestures, questions, concerns, feelings that express another way to be a penitentiary agent and make the Prison System.

Key-words: prison system; penitentiary agents; resocialization.

Introdução

O sistema prisional brasileiro configura-se como um dos mais precários do mundo, sendo, portanto, alvo de várias discussões nos últimos anos. Superlotação, condições desumanas e arbitrárias de tratamento dos presos, estrutura física deficitária e insalubre, abusos de autoridade e corrupção, inacessibilidade a benefícios legais – esses são apenas alguns aspectos que têm chamado a atenção em meio a uma realidade social tão vasta de questões e precariedades.

Diante desse contexto, evidencia-se a problemática da violação dos direitos humanos. Violação essa que, na maioria das vezes, é pensada apenas para os internos do sistema carcerário, mas que podemos estender a todos que fazem parte desse sistema, vivenciando cotidianamente essa realidade social tão conturbada.

Temos, então, a vivência de uma crise que há muito tempo já era sinalizada. Segundo Deleuze (1992), Foucault sabia que essa crise atingiria o modelo das instituições totais. Aponta que a brevidade dos modelos disciplinares estaria relacionada à “crise generalizada de todos os meios de confinamento” – prisão, hospital, fábrica, escola, família –, apontando para as forças que se instalavam de forma lenta e estratégica para o desenvolvimento de novas formas de poder, características das sociedades de controle. Tem-se, então, que as instituições totais disciplinares há tempos demonstravam falência em seu funcionamento e inoperância em suas propostas.

Dessa forma, pensar a atualidade do sistema prisional é uma tentativa de trazer para análise as práticas prisionais como produções históricas e produtoras de realidade, configurando formas-subjetividade pautadas pelo sofrimento, subalternidade e submissão – diminuídas, portanto, de sua força política.

Partindo da ideia de que as práticas dão-se numa constelação de atores dentro do sistema prisional, o desafio expande-se para além do questionamento dos modos de vida dos internos. Problematiza-se também a realidade cotidiana dos profissionais que compõem o sistema social da prisão (diretores, agentes penitenciários, profissionais da saúde, advogados, dentre outros) que, em suas práticas, têm reproduzido ações excludentes e lesivas, sustentando um cenário prisional caótico e adoecedor para todos que cotidianamente ocupam aquele lugar – sejam detentos ou não.

O que se configurou como ponto de partida para o nosso trabalho, o qual será apresentado no tópico a seguir, foi pensar os efeitos das práticas que atravessam o sistema prisional, suas regras formais e informais, as tensões, as dificuldades, os estigmas nas formas de vida das pessoas que ocupam esse lugar. Afirmamos com isso que o funcionamento da prisão como um sistema social é fruto das produções que se dão cotidianamente a partir das relações entre todos que ocupam aquele espaço, não devendo ser, dessa maneira, creditados os seus efeitos apenas aos internos.

Com relação a essa questão, podemos trazer a ideia de *prisonização*, apresentada por Clemmer (*apud* Thompson, 1980). Apropriando-se desse conceito, Thompson (1980) explicita as relações estabelecidas dentro do sistema social da prisão. A *prisonização* consistiria num processo de assimilação lento, gradual, mais ou menos inconsciente, da cultura em geral da penitenciária, expresso através de modos de pensar, hábitos e costumes que são compartilhados socialmente. Para o autor, o confinado ao cárcere sujeita-se, em alguma extensão, à *prisonização*. No entanto, Thompson alerta-nos que se um interno, ao ingressar na coletividade carcerária, se submete a esse processo de assimilação/adaptação, também um membro da administração – diretor, psicólogo, agente penitenciário – sujeita-se a esse processo. Desse modo, todos os partícipes da relação penitenciária sofrem os efeitos da *prisonização*.

Assim, dentro do sistema prisional, destacamos os agentes penitenciários como possuidores de um padrão de comportamentos adquiridos a partir da vivência na instituição. Em geral, apresentam-se de modo a mostrar que deles depende a segurança do local (THOMPSON, 1980). Talvez essa questão possa ser reforçada pelo fato de os agentes penitenciários permanecerem mais tempo nos presídios do que os demais funcionários e estabelecerem uma relação de convívio mais direta com os detentos.

O efeito da *prisonização* entre os agentes penitenciários pode ser compreendido a partir da ideia de que o que importa no sistema prisional é a manutenção de uma instituição calma, ordeira e pacífica, em detrimento do interesse no passado ou no futuro dos custodiados (THOMPSON, 1980). A relação próxima e direta com os internos, o ideal de manter a segurança e a ordem no presídio colocam os agentes penitenciários numa situação de tensão, sendo necessária a utilização de estratégias para a contenção da massa carcerária. Certamente o uso da força física não é o único atributo válido, visto que são poucos agentes em meio a muitos internos. Para tanto, o agente disporá do seu

poder de influir na distribuição das punições e recompensas previstas no regulamento ou “dispostas” nas normas informais. Diante dessa realidade, os agentes são vistos, muitas vezes, pelos internos como responsáveis pela manutenção de seus confinamentos, ficando expostos a intimidações, ameaças e agressões, agravando ainda mais o estresse e a tensão.

Tendo como dispositivo o conceito de prisonização – que nos possibilita analisar os processos que permeiam o sistema prisional –, consideramos importante trazer para análise os efeitos do cotidiano prisional na vida dos agentes penitenciários, por entendermos que são eles os que possuem maior contato com os internos durante o dia e por serem eles que mais frequentemente são alvos de ameaças por parte dos internos. Pontuamos ainda a importância dessa análise, pois partimos da ideia de que o agente penitenciário é peça fundamental para se tornar factível o projeto de “ressocialização” do preso.

Pensar o sistema penal é trazer à cena suas propostas formais de funcionamento, que afirmam a retribuição ao condenado do mal causado à sociedade, a prevenção de novos crimes e a ressocialização dos presos. Nesse contexto, a tutela e a custódia dos internos ficam por conta dos agentes penitenciários, que passam a ser vistos pelos presos como os verdadeiros responsáveis pela manutenção da sua “odiosa” clausura. Com esse distanciamento funcional entre internos e agentes, produz-se uma situação peculiar de conflitos e tensões, tendo como pano de fundo o sentimento de desconfiança dentro do sistema.

Embora se acredite na importância de políticas prisionais de ressocialização de internos do sistema, nenhum programa de ressocialização ou mudança no sistema prisional pode ser levado a cabo sem que se perceba a humanidade dos agentes penitenciários. Ou seja, primeiramente é preciso tomar o agente como alguém que possui um trabalho peculiar, sendo necessário considerar as dificuldades que envolvem essa função para poder, inclusive, pensar estratégias outras de funcionamento do sistema prisional ou da própria penalidade.

Podemos ver a desconfiança produzida no interior das prisões, dentro e entre os grupos que as compõem, como um caso particular de estratégia de produção de subjetividade. Nesse sentido, a produção da desconfiança, que vemos como uma engrenagem do sistema penal, favorece a manutenção de seu funcionamento ordeiro com o engajamento de sua população em tal funcionamento. Como nos aponta Tavares

(2006: 150), “a desconfiança faz parte da vida intramuros, [...] reproduzindo as relações de poder e impedindo a construção e o desenvolvimento de movimentos sociais que culminem na transformação do sistema prisional”. O capitalismo pôs em marcha uma forma de vida que fragiliza o poder massivo da população, de forma que seu potencial político é, de certa forma, neutralizado, como acontece nas prisões (TAVARES, 2009).

Nossos primeiros percursos... Velhas questões, novas afirmações!

A partir de nossos trabalhos e caminhadas no sistema prisional do Espírito Santo, deparamo-nos com questionamentos de agentes penitenciários que “reivindicavam” uma intervenção com eles, uma vez que viam surgir algumas propostas de trabalho no campo da saúde física, mental ou ocupacional voltadas para os internos. Aceitamos, então, a “encomenda” para realizar um trabalho relacionado à qualidade de vida dos agentes penitenciários. Tal trabalho iniciou-se a partir de um Projeto de Estágio Obrigatório do Curso de Psicologia, denominado “Sou Agente, sou gente”¹.

Esse trabalho, primeiramente em forma de *workshop*, configurou-se em encontros quinzenais com agentes penitenciários do Estado do Espírito Santo. Inicialmente, os encontros eram realizados na Escola Penitenciária; mas, com o tempo, um número muito reduzido de agentes comparecia. Quando questionamos os agentes sobre o porquê, eles nos disseram que, entre outros motivos, muitos não compareciam por estarem em horário de trabalho. Assim, estrategicamente, depois de um acordo entre a equipe de estágio, os responsáveis pela Escola Penitenciária e os diretores dos presídios pertencentes ao Complexo Penitenciário de Viana, os encontros passaram a ser realizados nesse Complexo.

O trabalho foi realizado por meio de intervenção grupal, entendida como um dos dispositivos possíveis na produção de reflexões críticas e na expressão dos modos de vida prisionizados. O grupo é aqui entendido como momento em que os laços de solidariedade e aliança podem ser fortalecidos entre os agentes penitenciários, possibilitando a implicação dessas pessoas numa construção potente de experiências. Dessa forma, faz-se do grupo também um dispositivo operante de um trânsito entre formas de vida rígidas, marcadas por relações de poder e de saber (preso, pobre, ocioso, bandido, viciado etc.) e formas de resistência, configuradas como processos inventivos de vida para além das formas estabelecidas. Nos encontros, pudemos afirmar a potência

das lutas coletivas, entendendo que o grupo é o lugar das multiplicidades, das trocas, das intensidades, da experimentação (BARROS, 2007). A encomenda era, dessa forma, decomposta a cada encontro, na medida em que a demanda construía-se no movimento coletivo.

O objetivo do Projeto de Estágio foi analisar os processos envolvidos na produção de modos de vida dos agentes penitenciários e seus efeitos, bem como a potencialização coletiva para a criação de novos repertórios de ação na vida, visando a promover rachaduras nos modos de vida rígidos produzidos pelo/no Sistema Prisional. Nossa tentativa, assim, foi fortalecer as forças intempestivas do cotidiano dos agentes prisionais, construir espaços de discussão e reconhecimento de suas experiências, afirmando zonas de confiança entre as pessoas que trabalham no universo prisional, convocando-as ao exercício ético do cuidado de si² como prática refletida de liberdade (FOUCAULT, 2004).

Impusemo-nos como objetivo específico conhecer a percepção dos agentes penitenciários em relação à sua função dentro do Sistema Prisional, as relações que estabelecem entre si e com os internos, as lutas que travam no seu dia a dia, como pensam a ressocialização, o trabalho, o interno, o presídio. Por esse farol guiamo-nos, mas nos surpreendemos com outros pontos luminosos que emergiam ao longo do percurso, tomando-nos, fazendo-nos desviar a lanterna e dar visibilidade ao que não tínhamos em nossos planos.

Assim seguimos, acreditando ser possível apostar em movimentos legítimos de transformação do sistema prisional, possibilitando a criação de novas ações frente à atual situação, produzindo novas formas de ser agente penitenciário e, por que não, de ser psicólogo.

Nosso cuidadoso caminhar

Muitas foram as angústias que exigiram de nós um trabalho cuidadoso, já que tínhamos uma aliança de trabalho anterior ao estágio, que era a intervenção com internas do Presídio Feminino de Tucum (Projeto Diário da Realidade de Tucum). As supervisões, tanto do grupo com os Agentes Penitenciários do Complexo de Viana, como do grupo com as internas do Presídio Feminino de Tucum davam-se em uma mesma reunião, agrupando estagiários, conflitos, conquistas e inquietações de ambas as intervenções. Problematizando as nossas lutas no sistema prisional, aprendemos a nos

“desarmar” para não cairmos nas aparentes polarizações entre grupos “inimigos” – agentes penitenciários *versus* internos –, ou seja, como responsáveis pelas frentes de trabalho tínhamos a preocupação de não reproduzir no meio acadêmico uma dicotomia tão marcante no universo prisional. Mais do que isso, era preciso cautela para que nós, estudantes que estagiávamos tanto com os agentes quanto com as internas do presídio, não fôssemos capturados pela lógica produtora dessa arquiinimizade entre agentes e internos, que nos foi apontada pelos próprios agentes inúmeras vezes logo no início do trabalho.

Fomos confrontados durante esse ano de trabalho com relatos de detentos sobre práticas abusivas e humilhantes promovidas por agentes. Da mesma forma, no grupo com os agentes, mais do que relatos, soavam-nos como desabafo das dificuldades e das tensões dentro do presídio, diante das várias ameaças que os profissionais sofriam por parte dos internos. Nesse sentido, era um desafio para nós desnudarmo-nos de saberes anteriores e pré-conceitos e, de fato, estarmos abertos aos movimentos e forças que sombreavam nosso trabalho com os agentes. Era um campo novo, era uma nova aposta, era um novo ângulo.

Tal postura não significou distanciamento ou busca por uma suposta neutralidade. Partimos do pressuposto da indissociabilidade entre pesquisa e intervenção a partir da crítica à política positivista de pesquisa, apontada por Rocha e Aguiar (2003), transformando, assim, o paradigma de “conhecer para transformar” em “transformar para conhecer” (COIMBRA, 1995).

O processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social (ROCHA; AGUIAR, 2003: 67).

Em nosso fazer pesquisa também apostamos que a implicação compõe-nos em nosso trabalho. Para a Análise Institucional (ALTOÉ, 2004), a implicação é um nó de relações, conexões que o pesquisador estabelece com as múltiplas instituições³ que o atravessam. Implicação é o que nos coloca como co-produtores. Dessa forma, pesquisador e pesquisado são co-engendrados no processo de pesquisa. A noção de implicação irá romper com a perspectiva positivista, problematizando o distanciamento entre objeto a ser conhecido e sujeito que conhece. Diante disso, no processo da

pesquisa, tanto o objeto de estudo quanto o pesquisador transformam-se, existindo aí uma relação de troca, de construção e reconstrução, de posicionamento e reposicionamento, de inovação, de produção.

No nosso percurso metodológico, a cartografia era o que tínhamos como proposta e desafio. O método cartográfico é uma tentativa de produzir instrumentos a fim de não perder a dimensão processual da subjetividade. O trabalho cartográfico requer, como nos sugere Kastrup (2007), uma atenção flutuante, concentrada e aberta. Tentar acompanhar os movimentos que se davam nos encontros e estar presente verdadeiramente naquele espaço era nosso exercício e aposta. Uma atenção desfocada para dar conta dos escapes e das composições de forças que irrompiam através das falas, dos gestos e dos corpos. Um mergulho nas intensidades para deixar que os signos fossem “acolhidos numa atitude atencional de ativa receptividade. São especialmente interessantes quando põem problema e forçam a pensar” (KASTRUP, 2007: 18). A tentativa era, então, de fazer com que esses signos que estavam colocados aparecessem para nós, indicando-nos os movimentos que deveríamos acompanhar para compormos as cartografias que se faziam necessárias.

Um instrumento produzido foi o diário de campo, que teve o objetivo de facilitar a identificação desses signos que apareciam, mas que, de imediato, eram apenas fragmentos – não sabíamos como utilizá-los e o que fazer com eles. O registro no diário de campo é então um instrumento que se utiliza para falar do cotidiano de um lugar, de funcionamentos e práticas, para além do momento do grupo, dos relatos e da entrevista.

A entrada em campo, a partir da “postura” ético-metodológica da Cartografia, faz-se como vivência institucional no *locus* de atuação, favorecendo o estar presente, estar atento, estar sentindo os fluxos operantes no tempo/espaço. Foi com tal proposta que adentramos a Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), a Escola Penitenciária (EPEN) e o Complexo Penitenciário de Viana.

Questões e inquietações: (re)pensando o universo prisional

Percebemos em nossas intervenções que as relações no presídio são fortemente marcadas pela hierarquia, a qual coloca, por exemplo, os diretores acima dos agentes penitenciários e estes acima dos presos. Nesse aspecto, forja-se uma organização em que alguns detêm um poder ao qual outros têm que se submeter. Entendemos que o modo como as relações estão ali colocadas operacionaliza o funcionamento que está

instituído, mas, algumas vezes, impossibilita, dentre outras coisas, a criação de outras formas de funcionamento, por exemplo, mais saudáveis. A hierarquia, com suas regras, seus procedimentos, suas formas de funcionamento é construída historicamente, ou seja, é fruto de um lugar específico e de uma época determinada. Entretanto, algumas vezes, passamos a entendê-la como forma de existir absoluta, eterna e necessária, o que nos cega diante da possibilidade de fazer diferente, de construir outras formas de lidar com o preso, com a família deste, com o agente penitenciário, com a equipe dirigente. Com o tempo, passamos a internalizar essas normas e a reativá-las não só no espaço do presídio, mas em todos os espaços de nossas vidas.

O comparecimento ao grupo, em alguns momentos, era reflexo dessa relação hierarquizada, pois os agentes que estavam trabalhando, para estarem nos encontros, dependiam da liberação de um superior. Os que compareciam aos grupos, algumas vezes, estavam cumprindo uma ordem e só sabiam do que se tratava, do que falaríamos e de onde éramos no andamento de nossos encontros.

Logo, o diretor adjunto foi atrás do chefe de segurança e o agente que nos atendeu na portaria foi liberado para o encontro. [...] Engraçado que, nos dois presídios que conseguimos liberação de profissionais para participação no encontro, os agentes pareciam não entender o que se passava (Diário de campo, 18/06/09).

Pra onde iam, o que faziam... estavam apenas cumprido uma ordem do superior. [...] Minha preocupação, no momento, era interar, explicar aos agentes que desceram conosco o que estava acontecendo, pois, como disse, pareciam não estar entendendo nada, apenas cumpriam ordens (Diário de campo, 06/08/09).

Embora haja normas e hierarquias prescritas formalmente, a disposição de papéis e a organização interna das prisões fogem à ordem oficial, produzindo um modo interno-informal de funcionamento. A interação entre os dois modos de vida (o oficial e o interno-informal) gera o surgimento de conflitos, os quais requerem um processo de negociação constante entre os participantes da sociedade prisional.

Nas intervenções, observamos ainda outra dimensão do poder, que consideramos importante trazer para análise, pois é fonte de formas de viver no sistema prisional. O poder, que, como nos diz Foucault (1985), é positivo, ou seja, exercido por meio de produção e reprodução da vida na sua totalidade; que fabrica e modela formas de agir/existir, conduzindo e direcionando o viver, faz isso investindo a vida, “de cima a baixo”, cuidando da normalidade de todos os indivíduos. Para tanto, utiliza-se das disciplinas – que adestram o corpo, tornando-o útil e dócil – e do controle da população.

Os agentes descreveram-nos constantemente o que eles chamam de “procedimento”, regras aprendidas que devem ser obedecidas e que ditam qual deve ser o comportamento do agente, como figura de autoridade, ao se dirigir ao preso e o comportamento esperado dos que estão naquele espaço. As falas, os gestos, as posturas muitas vezes eram descritas nos mínimos detalhes. Como consequência, a atuação dirigida ao preso limita-se à vigilância e à manutenção da ordem. Em tal prática, o interno figura como oponente, o que requer que seja despido de humanidade.

Percebemos ainda, à luz de Foucault (1996), que a vigilância contínua da prisão possibilita, entre outras coisas, a constituição de um saber sobre os vigiados, conhecimento que passa a explicar o passado e o presente e que se propõe, através de um conjunto de probabilidades advindas de discursos, muitas vezes científicos, a prever o futuro. Assim, o sujeito é punido não apenas pelo que ele fez, mas pelo que ele é; e, mais ainda, como nos aponta Vaz (2004), pelo que ele pode vir a ser e fazer. Observamos essa previsão do futuro do preso em nossas conversas com os agentes e nos questionamos o que isso produz, que consequências traz para a vida das pessoas.

De repente, um carro aproxima-se da portaria, um homem sai, entrega um papel ao agente e esse acena com a cabeça num sinal de positivo. O homem dá um alto suspiro, entra no carro sorrindo, e sai. O papel tratava-se de um alvará. O agente dirige-se a nós e diz: “esse aí logo volta. Pelo tipo, não fica nem uma semana lá fora” (Diário de campo, 09/09/09).

Outro aspecto sempre presente em nossos encontros era a fragilidade dos vínculos empregatícios dos agentes penitenciários. A maioria deles possuía vínculo por designação temporária (os DTs), havendo poucos profissionais que entraram no Sistema por meio de concurso público (os efetivos). Os agentes que trabalham por designação temporária relatam como principal desvantagem dessa condição a falta de liberdade para lutar por direitos ou por melhores condições de trabalho. Dizem ainda que o fato de poderem ser desvinculados facilmente do cargo é um fator inibidor de movimentos de luta, pois temem possíveis represálias de seus superiores. Bauman (1999) alerta-nos para esse fenômeno:

[...] os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças nas regras do jogo de contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra (BAUMAN, 1999: 113).

Essa situação de fragilidade de vínculos empregatícios dá-se em tempos em que o emprego estável se torna, em geral, cada vez mais escasso. Desde o final dos anos 70 e início dos anos 80, presenciamos o fim do Bem-estar Social, de maneira que o Estado

não mais protege a população das mudanças de mercado; ele, agora, equipa as pessoas para competirem no mercado, mas de forma desigual, o que gera insegurança e instabilidade. As Ciências Sociais cunharam o termo “desemprego estrutural” para se referir à contínua redução dos postos de trabalho, característica da articulação da automatização da produção com o capitalismo financeiro (MONTEIRO et al, 2006). Rauter (2007), por sua vez, afirma ainda que o desemprego não é mais circunstancial, e sim inerente ao próprio sistema.

Essa questão se expressa na fala de grande parte dos agentes penitenciários que afirmavam, nos grupos, ter entrado para o sistema prisional por necessidade. Assim, o temor ao desemprego e a falta de opção por outras oportunidades de trabalho fizeram com que alguns agentes buscassem o trabalho no sistema prisional, sendo esse trabalho, ainda, a possibilidade de garantir uma remuneração maior quando comparada a outros postos de trabalho.

Nesse contexto, é possível verificar o aumento do número de postos de trabalho no Sistema Prisional Capixaba, por conta do crescimento de presídios no Espírito Santo⁴. Esse evento exemplifica o que Wacquant (2008) chama de ascensão do Estado Penal e falência do Estado de Bem-estar Social. Esse processo dá-se por meio da intensificação da ação policial e dos serviços carcerários e pode ser considerado uma tendência identificada em diversos países do globo (BAUMAN, 1999; WACQUANT, 2008). Assim, se por um lado temos o aumento da mão-de-obra no Sistema Prisional, temos, por outro, a flexibilização e descartabilidade de parte dessa mão-de-obra, o que gera malefícios para o desenvolvimento do trabalho no Sistema.

Como estabelecer vinculação com um trabalho que pode se findar a qualquer momento? Como promover qualidade de vida do trabalhador do sistema, se ele vive na tensão de se tornar desempregado? São grandes questões vividas no trabalho prisional. Foram questões sempre presentes nos nossos encontros.

Nesse contexto, é preciso ainda salientar que esses trabalhadores possuem uma possibilidade remota de ter garantida a tão sonhada estabilidade no trabalho, conseguida por meio de aprovação em concurso público. A maioria desses trabalhadores está fora da faixa etária exigida no concurso público para agentes penitenciários. O último concurso, realizado em 2009, possuía como requisito básico idade máxima de 30 anos, até a data final das inscrições.

Essa realidade produz desconforto e sofrimento para os trabalhadores, que, muitas vezes, passam a pautar sua atuação em atividades mecanizadas, podendo produzir um distanciamento das tentativas de melhora de sua qualidade, afastando um engajamento no compromisso no que diz respeito ao investimento em movimentos de transformação da realidade prisional que vivemos. Nesse sentido, o próprio trabalho de ressocialização pode ficar prejudicado, ou até interrompido, já que não há segurança emocional/profissional por parte dos agentes para apostar em outras práticas, caso elas se apresentem.

Outro ponto que vale a pena ser discutido é a postura “sacramentada” de grande parte dos agentes penitenciários no que diz respeito ao seu trabalho. O questionamento e a problematização das atividades promovidas por eles não parece ser uma postura incentivada ou realizada com frequência. No entanto, não é possível afirmar que atividades inventivas e inovadoras, que saiam do *script*, não sejam praticadas. Para que a atividade mecânica e burocrática ganhe sentido e vida é necessário valorizá-la como atividade inventiva, em que o trabalhador torna-se peça ativa de reflexão e mudança. Kastrup (2008) diz que “o pensamento não trabalha a partir do nada, de forma espontânea, mas é atingido por forças que o levam a pensar” (p. 98).

É preciso que o trabalhador do Sistema Prisional sinta-se desafiado e utilize sua capacidade criativa para produzir rupturas com formas de vida que promovam sofrimento, degradação e aniquilamento da solidariedade entre os sujeitos. É preciso que os conflitos, que podem existir em qualquer ambiente onde há interesses conflitantes, deixem de se constituir como obstáculos aos sujeitos diante de dilemas intransponíveis (CLOT, 2007) e possam ser vistos como oportunidades para desencadear mudanças.

A respeito da “função” de ressocialização designada ao agente, cumpre salientar que a realidade do sistema prisional brasileiro traz em si a inoperância de suas propostas, não sendo em nada suficiente para cessar a máquina criminosa e tampouco para garantir a chamada “regeneração social” do encarcerado. Estamos, porém, cada vez mais diante de discursos (ideológicos) que defendem e/ou tentam garantir a prisão como elemento ressocializador para o interno: a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), os Programas de Segurança Pública, o Manual para Trabalhadores do Sistema Prisional (COYLE, 2002), os Projetos que funcionam dentro dos presídios, dentre outros. Diante do fracasso atual desses Projetos e Programas na tocante à ressocialização,

questionamo-nos para qual sociedade se quer ressocializar esses internos, visto que estamos inseridos em uma sociedade que, em seu modo de funcionamento, produz cada vez mais os ditos “delinquentes”⁵ e clama pelo endurecimento das sanções penais, enfatizando o encarceramento.

Por meio de tentativas de programas de ressocialização, começamos a questionar o modelo institucional prisional, propondo outras possibilidades e outras formas de ver, pensar e falar sobre a população carcerária. Nesse caminho, faz-se necessário pensar qual a aposta envolvida nas atuais práticas da pena privativa de liberdade, como também problematizar as estratégias ensaiadas dentro desse contexto ao longo dos anos. Pode-se, então, supor que nenhum programa ou tentativa de reforma será eficaz se não analisar quais são suas reais intenções, o que as impulsiona, para que/para quem servem. O termo “reforma”, assim, não deve ser entendido como uma simples reestruturação de um sistema funcionante, nem mesmo a proposta deve ser reduzida a criar atividades sociais e educativas. Com esse pensamento, corre-se o risco de promover uma reforma superficial ou pseudoressocializante, na medida em que mantemos agarrados em nós os dispositivos de segregação e de dessocialização, compondo com isso uma vontade de punição e aniquilação do outro⁶.

A ressocialização foi, então, escolhida por nós como uma das temáticas para os encontros com os agentes. Propusemos, para disparar o debate desse tema, a encenação de práticas consideradas, por eles, como ressocializadoras. A ideia de ressocialização foi reduzida a atividades específicas com os detentos e durante tais atividades a fala dirigida ao preso era “amansada”. Porém, fora de tais atividades, evidenciavam-se, novamente, práticas endurecidas com suas normas e diversos “procedimentos”. Ressalta-se, ainda, que os trabalhos ressocializadores direcionados aos internos eram apenas aqueles considerados inferiores, tais como limpeza de carros, costura de bolas, produção dos uniformes dos detentos, embalagem de produtos industriais, dentre outros. O trabalho de restauração de livros utilizado em um presídio brasileiro e levado como um exemplo de projeto de ressocialização foi visto, por alguns agentes, como impraticável, “pois preso não serve pra mexer em livro” (Diário de Campo, 09/09/09).

Em discrepância ao que é proposto pelo Manual para servidores penitenciários (COYLE, 2002), que prevê que o tratamento aos presos seja realizado com humanidade e dignidade, oferecendo oportunidades de mudança e desenvolvimento; o que se

atualiza naquele espaço são práticas e atividades que em nada ajudarão o interno fora da prisão.

Problematizamos, junto aos agentes, como se podem dar outras práticas nesses espaços que não a invisibilidade e o aniquilamento dos internos. Apostamos que é possível outro olhar, outro sentido aos movimentos que se dão nas práticas sociais; apostamos na potencialização da vida.

Algumas considerações

Foucault (1985), ao referir-se ao poder, fala-nos de um ponto que prescinde a existência do mesmo, a resistência. Esta não seria apenas a negação do poder, uma reação a ele, mas a produção de outra lógica.

Desse modo, mesmo com o poder conduzindo e direcionando a vida dentro (e fora) das instituições judiciárias, a resistência existe e é observada nos grupos através de ações, falas, caras, gestos, indagações, inquietações, sentimentos que expressam outra lógica, a construção de outra forma de ser agente penitenciário, de ser gente. Mesmo de folga, alguns compareciam aos encontros. O próprio estar em grupo, pensando o trabalho, discutindo a prática, a forma como se delineia “ser agente penitenciário”, de questionar a finalidade do sistema prisional é demonstrativo de práticas de resistência. Pensar ainda a ressocialização do interno e a importância do papel do agente nesse processo, refletindo as possibilidades para que isso aconteça, é também apostar numa outra lógica.

Em nossos encontros com os agentes, nos grupos, era a práticas de resistência que tentávamos dar visibilidade, que tentávamos construir, a cada dispositivo produzido, a cada fala, a cada silêncio, a cada nova tentativa. Apostamos em outra lógica que só pode ser construída em conjunto, lembrando sempre que “uma história perpassada por descontinuidades visa mostrar que nosso presente não é necessário, que nosso modo de punir não é o mais racional e adequado a uma suposta natureza humana, que ele surgiu por acaso e que pode ser transformado” (VAZ, 2004: 102-103).

Referências

ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau – analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina - Editora da UFRGS, 2007.
- BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- COIMBRA, C. M. B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v.7, n.1, p. 52-80, 1995.
- COYLE, A. *Administração Penitenciária: uma abordagem de direitos humanos. Manual para servidores penitenciários*. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.219-226.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes. 2004
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes 1979.
- KASTRUP, V. A cognição contemporânea e a aprendizagem inventiva. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. (Orgs.). *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 93-112.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n.1, p.15-22, 2007.
- MONTEIRO, A., COIMBRA, C., MENDONÇA-FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v.18, n.2, 2006.
- RAUTER, C. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v.19, n.2, 2007.
- ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.23, n.4, p. 25-33, 2003.
- SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2010. Governo do Estado já criou mais de 6.300 vagas no sistema penitenciário. <http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?notiaId=99712747>. Acesso em: 26 set. 2010.
- TAVARES, G. M. *Trajetórias de vida de internos do sistema penitenciário capixaba: um estudo da rede de significações do processo de encarceramento a partir das práticas discursivas*. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

- TAVARES, G. M. O dispositivo da criminalidade e suas estratégias: uma análise das relações de poder contemporâneas. In: *Seminário de Ciências Criminais*, 2009, Vitória. Texto apresentado na Mesa com o tema “Criminologia e Subjetividade no Brasil”. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES/Vitória, 2009.
- THOMPSON, A. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- VAZ, P. Risco e Justiça. In: CALOMENI, T. C. (Org.). *Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra*. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 101-131.
- WACQUANT, L. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v.20, n.1., 2008.

Gilead Marchezi Tavares
Professora do Departamento de Psicologia da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES
E-mail: gilead.dindin@ig.com.br

Arielle Rocha de Oliveira Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)

Anderson do Prado Corrêa
Graduado em Psicologia/UFES

Keli Lopes Santos
Graduada em Psicologia/UFES

Fabiana Davel Canal
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES, Bolsista Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia de Vitória/ES (FACITEC)

Valeska Campos Tristão
Graduada em Psicologia – UFES

André Mota do Livramento
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES, Bolsista CAPES

¹ Estágio realizado por alunos finalistas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da professora Gilead Marchezi Tavares. Ele se deu na Escola Penitenciária do Estado do Espírito Santo (EPEN) e no Complexo Penitenciário de Viana. Tal projeto aliou-se ao projeto de extensão Diário da Realidade de Tucum, realizado desde 2006, com as internas da Penitenciária Estadual Feminina de Tucum, localizada no município de Cariacica (ES).

² Foucault (2004) fala do “cuidado de si” como atenção que devemos ter para com nossas experiências. O que estamos fazendo de nós mesmos e do mundo em que vivemos? Prática não narcisista, pois entende a constituição do “si” nas relações sociais, sempre atravessado pela presença do Outro. “O cuidado de si aparece, portanto, como o princípio constitutivo de nossas ações [...] e por isto mesmo como um princípio limitativo [...] que nos faz agir como, onde e quando convém” (p.652).

³ Instituição aqui entendida como conceito artifício/artificial/forjado e que quer dizer que o homem produz maneiras de ser e estar nesse mundo que ele próprio contesta. Segundo Altoé (2004), as instituições são normas e a maneira como os indivíduos concordam ou não em participar dessas normas. Coimbra (1995) afirma que esse conceito, criado por Lapassade, diz da “organização das relações sociais entre os indivíduos; ou seja, o conjunto de normas instituídas que regem a organização”.

⁴ Em setembro de 2010, o Estado do Espírito Santo alcançou a marca de 19 unidades prisionais construídas, o que representa a criação de 6.364 novas vagas no Sistema Penitenciário Capixaba. A expectativa para 2011 é de que sejam geradas mais de 3.620 vagas até o mês de março (SEJUS, 2010).

⁵ Foucault (1979) designa delinquentes aqueles que, na dimensão da idealidade, têm em seu passado a explicação dos seus atos; eles são julgados não apenas pelo que fizeram, mas pelo que são.

⁶ Recentemente, durante a inauguração de um jornal de rede nacional, foi apresentada uma série chamada “Segurança e Sistema Carcerário”, em que foram feitas visitas aos piores presídios do país, o que gerou visitas dessa reportagem a presídios da Grande Vitória/ES. Quando a jornalista indagou ao secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo se ele acreditava na recuperação dos detentos, este enfaticamente respondeu: “Não, acho muito difícil!”.